DOI: 10.5212/PublicatioCi.Soc.v.34.2026.24811

O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 E A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL: O CASO DO GREAT RESET

THE IMPACT OF THE COVID-19 PANDEMIC AND THE REDEFINITION OF THE SOCIAL CONTRACT: THE GREAT RESET

Carlos Leonardo Kelmer Mathias*

RESUMO

O artigo discute a relação entre a COVID-19 e a proposição do *Great Reset* pelo Fórum Econômico Mundial em 2020 à luz do debate acerca da reconfiguração do atual contrato social. Para tanto, o texto apresenta dados macroeconômicos relativos ao contexto da pandemia (tais como gasto fiscal, crescimento/decrescimento do PIB, taxa de desemprego, rendimento médio etc.), segue com um breve debate acerca da ideia de *Great Reset* (destacando sua origem na área de mercado financeira até sua incorporação pelo Fórum Econômico Mundial) para, em seguida, verticalizar a proposta do Fórum Econômico Mundial. O finda concluindo que, na hipótese de uma reconfiguração do atual contrato social, ela se daria a partir da pressão da sociedade civil, e não da proposta teórica proveniente de Davos uma vez que a materialidade de suas propostas respondeu muito mais à organização e às transformações da sociedade civil no curso do período da pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: COVID-19; *Great Reset*; Contrato Social; Sociedade Civil.

ABSTRACT

The article discusses the relation between the COVID-19 and the proposition of Great Reset by the World Economic Forum in 2020 through the prism of the debate about the reconfiguration of the current social contract. In that respect, the text introduces macroeconomics dates about de pandemic context (such as fiscal expenditure, GDP growth/downturn, unemployment rate, average income, etc.) and a brief chronological and theorical debate about the notion of Great Reset (highlighting its origins in the financial market area until its incorporation by the World Economic Forum) and a study of the World Economic Forum proposition. The article concludes that, in case of a reconfiguration of the current social contract, it will come from the pression of the civil society rather than the theoretical proposal from Davos, given that the materiality of its proposals responded much more to the organization and transformations of civil society during the COVID-19 pandemic period.

Keywords: COVID-19; Great Reset; Social Contract; Civil Society.

Recebido: 07/04/2025. Aceito: 19/10/2026

INTRODUÇÃO

> Boa tarde, nas últimas duas semanas, o número de casos de COVID-19 fora da China aumentou 13 vezes e o número de países afetados triplicou. Atualmente, existem mais de 118 mil casos em 114 países e 4.291 pessoas perderam a vida. Outras milhares estão lutando por

* Doutor em História pela UFRJ; Pós-doutor em Direito pela UFJF; Professor Titular no Departamento de Direito, Humanidades e Letras da UFRRJ.

> suas vidas em hospitais. Nos próximos dias e semanas, esperamos ver o número de casos, o número de mortes e o número de países afetados aumentar ainda mais. A OMS está avaliando esse surto 24 horas por dia e nós estamos profundamente preocupados com os níveis alarmantes de disseminação e gravidade e com os níveis alarmantes de falta de ação. Portanto, avaliamos que a COVID-19 pode ser caracterizada como uma pandemia. Pandemia não é uma palavra a ser usada de forma leviana ou descuidada. É uma palavra que, se mal utilizada, pode causar medo irracional ou aceitação injustificada de que a luta acabou, levando a sofrimento e morte desnecessários (...) Nunca vimos uma pandemia provocada por um coronavírus. Esta é a primeira pandemia causada por um coronavírus. E nunca vimos uma pandemia que, ao mesmo tempo, pode ser controlada. A OMS está em modo de resposta completa desde que fomos notificados dos primeiros casos. E pedimos todos os dias que os países tomem medidas urgentes e agressivas. Tocamos a campainha do alarme alta e clara (https://encurtador.com.br/nvyHM).

Com essas palavras o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou, no dia 11 de março de 2020, que a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, passaria a ser caracterizada como uma pandemia. Desde então, e segundo dados da OMS, mais de sete milhões de pessoas, de um total de 775 milhões de casos confirmados, perderam suas vidas em função da doença. No Brasil, os números são 712 mil óbitos para quase 39 milhões de infectados.[1] Indubitavelmente, as externalidades atinentes a essa catástrofe sanitária influenciaram (e influenciarão) o debate acerca da reconfiguração da natureza do contrato social vigente em várias partes do globo. No decurso do ano de 2020, as cadeias internacionais de abastecimento foram interrompidas e/ou redirecionadas, incidindo em um novo rearranjo nas relações geoeconômicas entre os países. O *offshore* deu vez ao *nearshore*, com empresas realocando suas fábricas em geografias mais próximas tanto de suas matrizes, como de seus principais parques consumidores.[2] A gestão do estoque deixou de ser *just in time* para se tornar *just in case*.[3] Adotou-se, quer de forma temporária,

[1] Dados atualizados até maio de 2024. https://encurtador.com.br/kwUK1 e https://encurtador.com.br/BkluJ

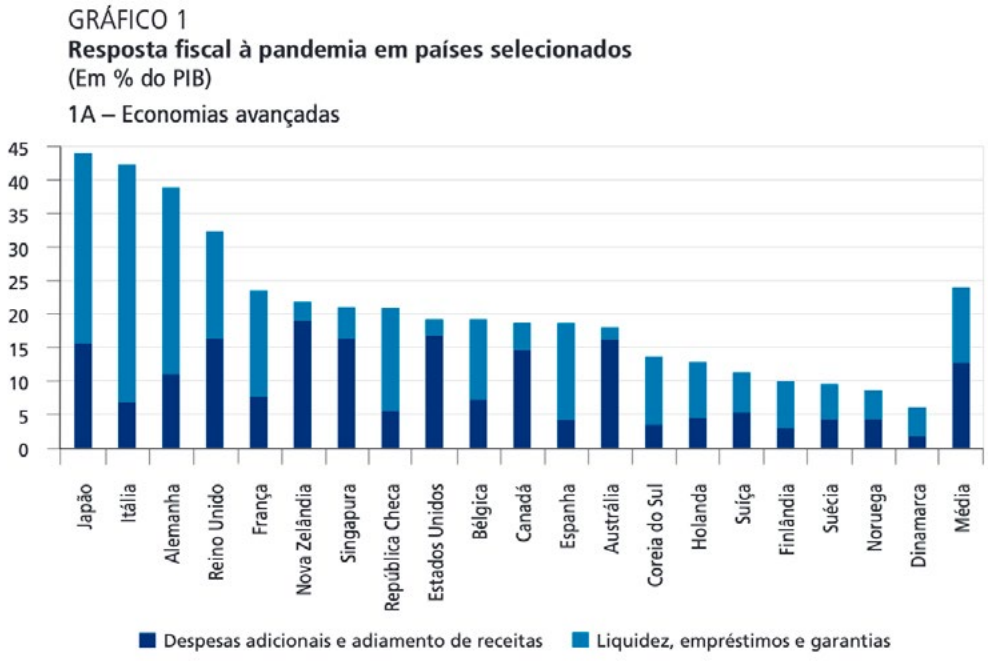
[2] As cadeias de abastecimento *offshore* e *nearshore* são estratégias de terceirização adotadas por empresas que buscam otimizar seus processos operacionais e reduzir custos. A escolha entre essas duas abordagens depende de diversos fatores, incluindo a localização geográfica, os custos envolvidos e as necessidades específicas da empresa. A produção offshore envolve transferir processos de negócios ou de produção para localidades distantes do país de origem da empresa. Essa estratégia é comumente adotada para aproveitar os custos significativamente mais baixos de operação, como mão de obra barata e incentivos fiscais atraentes. Países como Índia, China, Filipinas, Vietnã são alguns exemplos de destinos para operações offshore. A diferença de fusos horários entre as regiões pode permitir operações contínuas, proporcionando uma cobertura operacional de 24 horas. Por seu turno, a produção *nearshore* implica a transferência de processos para países próximos ao país de origem da empresa, muitas vezes dentro do mesmo continente. Essa proximidade geográfica oferece uma série de vantagens, tais como: a possibilidade de visitas frequentes nas unidades fabris com o subsequente controle mais direto das operações. Além disso, as barreiras culturais e linguísticas tendem a ser menores, facilitando a comunicação. Fusos horários similares também melhoram a coordenação e permitem interações em tempo real.

[3] Gestão de estoque *just in time* é uma estratégia de gestão de produção e inventário que busca aumentar a eficiência e reduzir o desperdício ao receber bens somente quando eles são necessários ao processo de produção e/ou comercialização. Através desse modelo, as empresas procuram constantemente melhorar seus processos, reduzir desperdícios e aumentar a eficiência. Em contraste com a "produção empurrada", onde os produtos são fabricados com base em previsões de demanda, a "produção puxada" do *just in time* baseia-se em pedidos reais dos clientes, de modo que a produção é iniciada apenas quando há uma demanda específica. Ao manter estoques mínimos, as empresas podem reduzir significativamente os custos de armazenamento e os custos associados à obsolescência e à deterioração de produtos. Outrossim, as companhias podem responder mais rapidamente às mudanças na demanda do mercado e às preferências dos clientes. Como as empresas dependem de entregas frequentes e pontuais de fornecedores, qualquer interrupção na cadeia de suprimentos pode causar atrasos na produção. Por seu turno, o modelo de gestão *just in case* se baseia na manutenção de estoques maiores para se proteger contra incertezas na demanda e interrupções na cadeia de suprimentos, mitigando, dessa forma, riscos associados a atrasos de fornecedores, picos inesperados de demanda, problemas de produção e outros imprevistos. Com o aprimoramento do processo de globalização do capital a partir das décadas de 1970 e 1980, paulatinamente as empresas migraram do modelo *just in case* para o modelo *just in time*. Com a pandemia da COVID-19, e a consequente interrupção das cadeias globais de abastecimento, houve falta de estoque, aumento de preços e incidência de custos inesperados e impactantes para as empresas ao redor do mundo, ensejando um *revival* da estratégia *just in case* em detrimento da *just in time* com todas as externalidades inerentes a esse modelo de gerenciamento de estoque.

quer permanente, a dinâmica de trabalho em home office com impactos diversos nas relações trabalhistas sem que, na maioria dos países, o conjunto normativo que tutela a questão estivesse devidamente adequado à nova dinâmica – isso sem considerar o reajustamento imposto ao cotidiano dessas famílias em termos da coincidência do trabalho remoto com a vivência de filhos e filhas em tenra idade, da necessidade de mais metro quadrado para melhor adequação à nova complexidade nas residências etc.

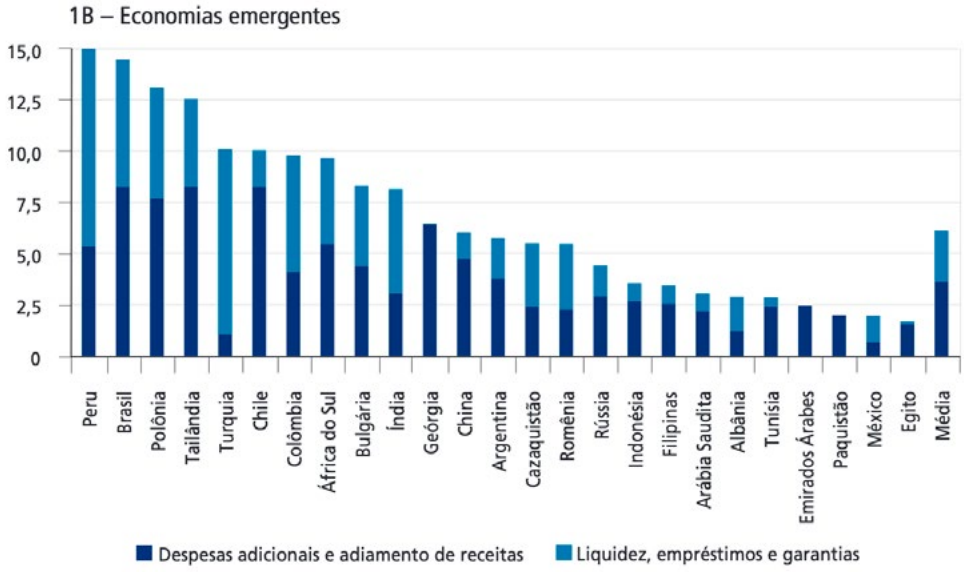
Em termos mundiais, no ano de 2020 o produto interno bruto (PIB) global encolheu -3,1%. Mais de perto, na média, o PIB dos países desenvolvidos caiu -4,5% e o dos países emergentes -2,1%. Conferindo mais granularidade aos dados, apenas a China observou crescimento econômico em 2020, registrando um aumento de +2,3%. A região que experimentou a maior queda foi o Reino Unido, cujo PIB encolheu -9,8%, seguido do México, com queda de -8,3%. No caso brasileiro, a retração foi da ordem de -4,1%. O volume do comércio internacional retraiu, em 2020, -8,2% (https://acesse.one/LNzNI). Para fazer frente aos desafios impostos por semelhante quadro, os países se valeram, em maior ou menor grau, da concessão de fortes estímulos aos cidadãos e às empresas. A título de exemplo, os governos concederam apoio financeiro às pessoas, decretaram moratória de dívidas de estados, municípios, famílias e empresas, estenderam crédito para micro e pequenas empresas (as grandes empresas obtiveram facilitação de acesso creditício diretamente nos bancos privados), bancos centrais adotaram políticas de afrouxamento monetário (como redução de juros e aumento dos agregadores monetários) etc. Naturalmente, a magnitude financeira de sustentação à crise variou de país para país consoante seus quadros fiscais – no mais das vezes, os países desenvolvidos incorreram em gastos maiores do que os países em desenvolvimento.

Gráfico 1 – Resposta fiscal à pandemia em países desenvolvidos



https://encurtador.com.br/F6mCk

Gráfico 2 – Resposta fiscal à pandemia em países emergentes



https://encurtador.com.br/F6mCk

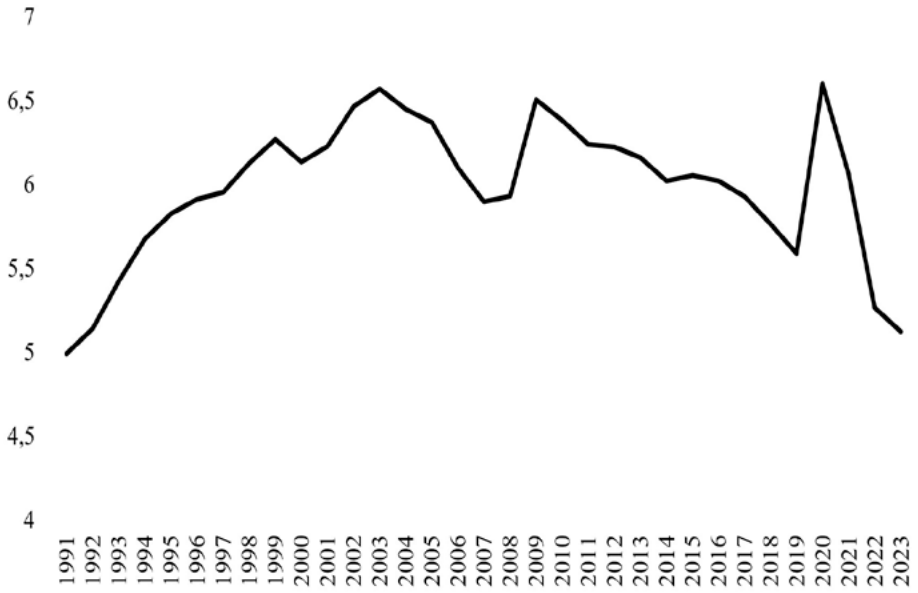
Conforme pode ser percebido nos gráficos anteriores, o esforço fiscal empreendido pelos países desenvolvidos respondeu, em média, por aproximadamente 25% de seus PIBs, contra cerca de 6% por parte dos países em desenvolvimento. Não obstante, países como o Brasil empregaram mais do que o dobro da média de seus pares, chegando a rivalizar, e até mesmo superar, gastos de alguns países desenvolvidos – em termos de América Latina, apenas o Peru apresentou um quadro de estímulo fiscal superior ao brasileiro.[4] Em termos educacionais, o impacto causado pelo *lockdown* comprometeu uma geração inteira de estudantes ao redor do mundo desde o ensino básico até o superior, sendo que a população de baixa renda foi a que experimentou as consequências mais severas. Estima-se que levará mais de uma década até que as futuras gerações retomem os níveis cognitivos de aprendizagem pré-pandemia. (*What's next*?, p. 2021). No que respeita ao Brasil, malgrado o enorme esforço fiscal orientado para a mitigação das externalidades atinentes à pandemia, o nível de evasão escolar no ensino médio aumentou 128% entre 2020 e 2021. Na região Norte, o crescimento foi de assombrosos 846%! As regiões mais desenvolvidas – Sudeste e Sul – foram as menos afetadas, 38% e 31% de aumento, respectivamente (*Abandono no ensino médio brasileiro*, 2023).

Outro aspecto extremamente impactante caudatário da COVID-19 foi o vertiginoso aumento na taxa de desemprego ao redor do globo. Conforme pode ser atestado no gráfico a seguir, o ano de 2020 registrou o pico na taxa de desemprego mundial desde o início da série histórica em 1991, rivalizando apenas com o percentual aferido em 2003. Porém, à diferença do início do século, momento no qual a inclinação da curva vinha apresentando uma abertura desde o albor da década de 1990 fruto da implementação, em escala global, do programa neoliberal de desenvolvimento econômico, o pico de 2020 se deu em uma conjuntura em que a curva estava declinante desde o pico em 2003 (excetuando o súbito aumento em 2009 proveniente da Crise Financeira Global de 2008), ou seja, na margem, o

[4] Para se ter uma dimensão da importância desses gastos, conforme relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 2020 a relação entre a dívida pública monetária federal interna como porcentagem do PIB do Peru era de 15,4% e a do Brasil de 51,7% – de passagem, apenas Barbados apresentava uma relação maior do que a brasileira. http://dx.doi.org/10.18235/0004707 p. 41-42.

choque foi muito mais violento. Com vista à melhor elucidação dos dados, faz-se oportuno informar que em 2009 a elevação percentual da taxa foi de 9,73% e, em 2020, de 18,09% – ou seja, o dobro!

Gráfico 3 – Curva mundial de desemprego



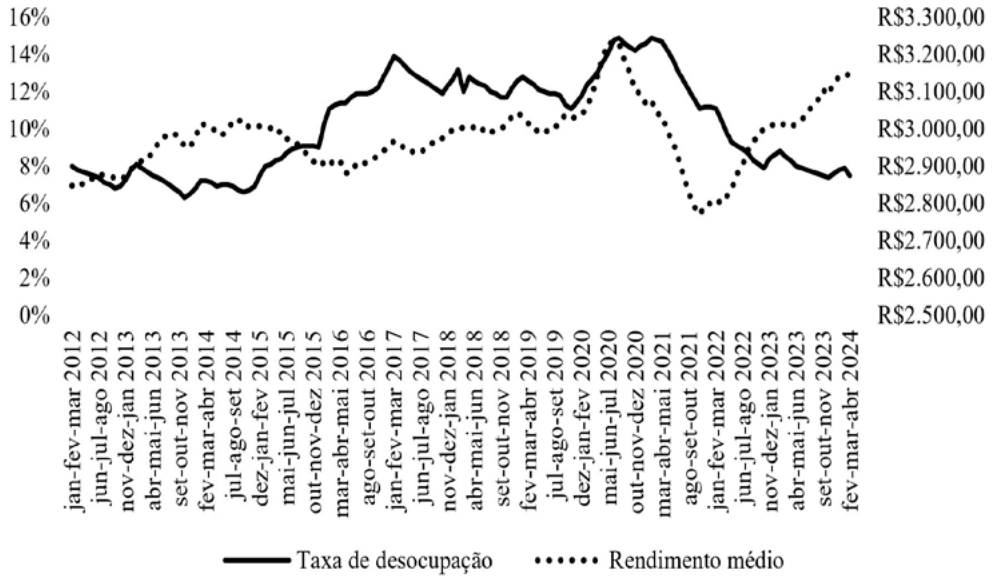
https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS

No que concerne ao Brasil, o quadro é bastante semelhante ao observando anteriormente. Segundo dados do Banco Mundial, nos anos de 2020 e 2021, o Brasil registrou a maior porcentagem de desempregados frente a força de trabalho em toda sua história, com uma participação de proximamente 14% – de passagem, os dados do Banco Mundial se iniciam no ano de 1991. No que toca às pesquisas levadas a termo pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o impacto desse pico de desemprego foi mitigado pelo maior gasto fiscal empreendido pelo governo com ações direta de transferência de renda, programas de manutenção de emprego dentre outras iniciativas.

Ao abrigo do fato segundo o qual o Instituto abre informações coincidentes para ambas as curvas apenas a partir de 2012, o gráfico a seguir faz ponto passivo que, sem a intervenção estatal, muito provavelmente o cenário para população brasileira teria sido ainda mais desastroso. De toda sorte, não se deve escapar à compreensão que, de fato, inobstante as ações mitigantes do surto de desemprego, o rendimento médio experimentou um declínio coisa de 14% entre meados de 2020 e o primeiro trimestre de 2022.[5] Outro fator revelador da condição do mercado de trabalho nesse contexto é a curva de desalentados conforme pode ser observada no gráfico 5.

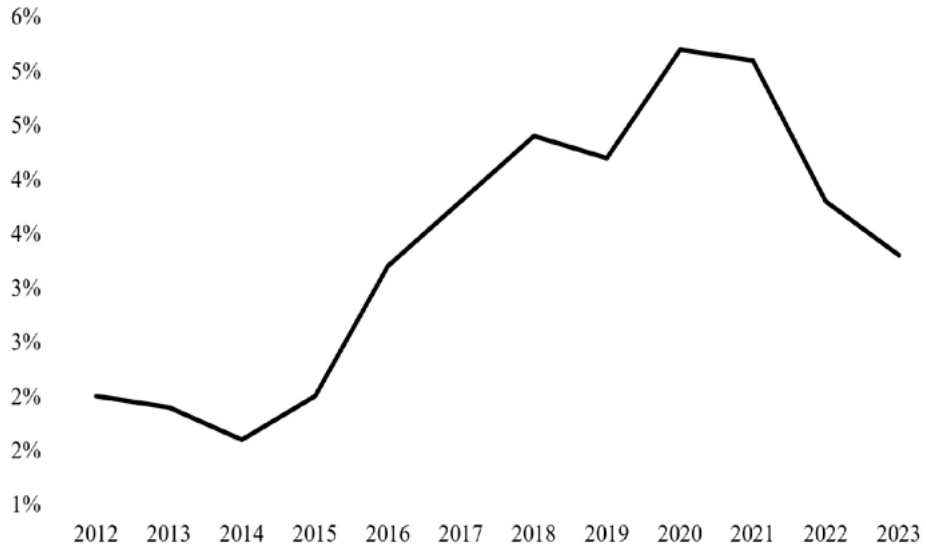
[5] A título de exemplo, a MP 1045/21 teve por fito preservar empregos e renda durante a pandemia. Extinta em dezembro de 2021, a media instituiu o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que oferecia duas opções para as empresas: a) redução de jornada e de salário (as empresas poderiam reduzir a jornada de trabalho e o salário de seus funcionários em 25%, 50% ou 70% proporcionalmente sendo que, em contrapartida, o governo complementaria a renda dos trabalhadores com um valor equivalente a uma porcentagem do seguro-desemprego) e b) suspensão de contrato de trabalho (o prazo máximo de suspensão seria por até 120 dias; durante a suspensão, o governo pagaria aos trabalhadores um benefício equivalente ao seguro-desemprego integral).

Gráfico 4 – Taxa de desemprego x rendimento médio (Brasil)



Fonte: IBGE – PNAD Contínua (elaboração do autor).

Gráfico 5 – Participação percentual de desalentados[6] na força de trabalho (Brasil)



Fonte: IBGE – PNAD Contínua (elaboração do autor).

No que tange à curva dos desalentados, não cabe dúvidas de que a pandemia imprimiu um considerável sentimento de desesperança em grande parte da população. Com a crise econômica

[6] De acordo com o IBGE, pessoas desalentadas são aquelas que fazem parte da força de trabalho potencial, mas que desistiram de procurar emprego por acreditarem que não conseguiriam uma vaga, seja por falta de experiência e/ou de qualificação, seja pela percepção de que não há oportunidades disponíveis na região onde residem. As pessoas desalentadas são um subsetor dentro do grupo dos inativos, mas diferem dos outros inativos porque expressam o desejo de trabalhar e a disponibilidade para isso, mas não estão ativamente procurando emprego devido aos fatores mencionados. Essa categoria é importante para entender a dimensão real do desemprego e do subemprego no país, já que reflete uma parte da população que poderia estar empregada, mas que está fora do mercado de trabalho por questões estruturais e conjunturais.

iniciada em meados da década passada, a curva apresentou forte inclinação ascendente, interrompida apenas em 2019. Porém, a eclosão do contexto pandêmico alçou ao pico a participação percentual dos desalentados que, em números totais, representou 5,9 milhões de indivíduos (IBGE – PNAD Contínua). Inequivocadamente, o legado do novo coronavírus ainda está por ser mensurado. Contudo, e consoante alguns poucos dados que findo por sumarizar nas páginas precedentes, definitivamente o impacto social foi descomunal. Diante desse quadro absolutamente inédito, não deve causar espécie, pois, o surgimento de iniciativas heterodoxas que intentaram endereçar o problema. É precisamente nessa esteira que o Fórum Econômico Mundial fez sua propositura no sentido de reconfigurar e repactuar o contrato social vigente.

THE GREAT RESET

O debate a propósito do *Great Reset* pode ser endereçado por duas vias, a saber: a acadêmica e a conspiratória. Na medida em que me considero dispensado de tecer considerações desprovidas de rigor científico, ater-me-ei apenas ao caráter estritamente acadêmico da questão.[7] Via de regra, as implicações que sobre o termo *Great Reset* têm lugar estão umbilicalmente conectadas à esfera socioeconômica da sociedade. Mais de perto, respondem às consequências econômicas e sociais caudatárias das crises financeiras, das crises de meio de pagamento, das crises fiscais etc. Ora enfatizando a necessidade de os governos implementarem maior rigor em suas contas públicas, ora sublinhando a urgência da tempestiva adoção de políticas anticíclicas, de uma forma ou de outra a argumentação promove a concatenação entre economia e sociedade em prol da sustentabilidade do desenvolvimento dos países.

A primeira vez que o termo *Great Reset* foi empregado em um texto acadêmico (artigo) de que tenho conhecimento data de junho de 2009, na esteira da Crise Financeira Global de 2008, pelas mãos de Eric Thompson. Analisando o cenário e as perspectivas para a econômica norte americana nos pós 2008, o autor afirmou que os EUA necessariamente iriam conviver com alto nível de desemprego, com uma recuperação "anêmica e instável", com o consumo fraco e distante dos indicadores pré-crise, com uma queda no padrão de riqueza da população, com desequilíbrios em mercados-chave como o financeiro, o de construção civil, o automotivo etc. Ato contínuo, findada a recessão não haveria espaço para a normal conjuntura de rápido crescimento econômico característica da maioria das retomadas pós-crises. Nas palavras do autor,

> a economia tem maior probabilidade de 'reiniciar' os correntes níveis de produção e de emprego, entrando em um período de lenta expansão (...) Nesse cenário de 'reinicialização', alguns anos serão necessários para o consumo e o produto interno bruto retornarem para os níveis de final de 2007. A recessão poderá terminar, mas levará alguns anos para a economia nacional se aproximar de taxas mais normais de utilização da capacidade produtiva e de desemprego (Thompson, 2009, p. 1-8).

Posta assim a questão, o *Great Reset* não encerraria quaisquer presunções de repactuação do contrato social vigente. A bem dizer, o autor se concedeu dado nível de lassidão no emprego do termo *Great Reset*, ou seja, inexiste uma argumentação orientada para o perdão de dívida soberana, o fomento de condições sociais ótimas, a reconfiguração da abordagem ambiental por parte das empresas e dos governos etc. A rigor, o *Great Reset* de Eric Thompson se refere apenas à maneira através da qual se daria a recuperação econômica norte americana superados os impactos da crise de 2008.

[7] Caso exista curiosidade concernente às teorias conspiratórias que rondam o tema, conferir https://mises.org.br/artigos/3108/a-onu-e-as-origens-do-great-reset e https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/nova-ordem-mundial-teoria-da-conspiracao/

Não vem a pelo a verticalização acerca do maior ou do menor grau de assertividade da abordagem do autor – até porque, quase a totalidade das previsões formuladas pelos economistas nos meses seguintes à quebra do banco Lheman Brothers se revelaram equivocadas. O ponto a assinalar repousa apenas na percepção de que o primeiro emprego da expressão *Great Reset* não guarda correlação com a formulação do Fórum Econômico Mundial e que, malgrado a significância e a relevância da Crise Financeira Global, seus desdobramentos sociais em tempo nenhum despertaram quaisquer iniciativas revisionistas quer em âmbito econômico, quer social.

O impacto da crise de 2008 na literatura acerca do *Great Reset* não restou circunscrita no trabalho de Thompson. Ainda em 2009, Mark Hodgins publicou *The Great Reset*, uma crítica endereçada à atuação dos governos e dos bancos centrais enquanto líderes não apenas do sistema econômico, mas também de suas respectivas sociedades. Com teor mais jornalístico e denunciativo do que efetivamente científico, o livro de Hodgins foi o primeiro sobre o tema (Hodgins, 2009). Em 2010, Richard Florida verticalizou o debate em sua obra *The Great Reset* (Florida, 2010). Segundo o autor, "crises econômicas inevitavelmente originam períodos críticos nos quais uma econômica é refeita de forma a viabilizar sua recuperação e o reinício de seu crescimento". Tais períodos seriam, pois, as conjunturas denominadas *Great Reset*. *Prima facie*, é possível perceber que para Florida não haveria apenas um, mas sim vários *Great Reset*. De fato, a cada crise de maior envergadura se seguiria um período de reconfiguração e de reordenação econômicas, dando ocasião para o reinício do crescimento. De fato, esses seriam momentos, em essência, positivos. Nas palavras do autor, "essas crises desempenharam um papel fundamental ao impulsionar a economia. Foram momentos cruciais para a reconfiguração de acordos econômicos e sociais, viabilizando novos períodos de crescimento econômicos" (Florida, 2010, p. 22-23). De maneira bem direta, assim o autor define um *Great Reset*:

> são transformações amplas e fundamentais das ordens econômica e social, e envolvem muitos mais do que estritamente eventos econômicos ou financeiros. Um verdadeiro Reset transforma não apenas a maneira com que inovamos e produzimos, mas também marca o início de todo um novo cenário econômico. Na medida em que ele se forma ao redor de novas infraestruturas e sistemas de transporte, dá vez a novos padrões habitacionais, realinhando onde e como nós vivemos e trabalhos. Eventualmente, ele nos conduz a um novo modo de vida – definido por novas vontades, necessidades e modelos de consumo que instigam a economia, habilitando indústrias à expansão e ao melhoramento da produtividade enquanto criam melhores empregos para os trabalhadores (Florida, 2010, 25-26).

Segundo Florida, *Great Reset* é um processo "orgânico e complexo" cujas mudanças não devem ser resultantes de políticas ou programas impostos pelos governos – conquanto eles possam encorajá-las ou desencorajá-las por intermédio de suas políticas. Depreende-se, pois, que as crises econômicas, em função de suas externalidades – pelo autor denominadas precisamente de *Great Reset* –, são não apenas inerentes ao sistema capitalista, como até mesmo desejáveis na medida em que sua resultante origina progressos e melhorias sociais.

O emprego do termo *Great Reset* sobejou em suspensão até o ano de 2017, quando John Mauldin o revisitou para dar encaminhamento à sua percepção acerca do mercado financeiro. Em conformidade com sua prospecção, no intervalo de cinco a dez anos contando a partir de 2017, a economia mundial se afrontaria com uma premente urgência em se reestruturar por obra do contínuo crescimento da dívida global. A título de exemplificação, apenas os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) detinham (pela feita da escrita de seu artigo) $78 trilhões de dólares em obrigações com pensão a descoberto, ou seja, não possuíam ativos o suficiente

para honrar esses passivos de cunho social. Mais de perto, o autor vaticinou que em 2017 essas obrigações previdenciárias, acrescidas das dívidas privada e pública a nível mundial, ultrapassariam $300 trilhões de dólares.[8] Finda, nesses termos, enunciando que: "o mundo inteiro está entrando nisso que eu chamado de *Great Reset*, um período de enorme e imprevisível volatilidade em todas as classes de ativos" (Mauldin, May. 2017).

Decorridos três anos desde sua última incursão no tema, Mauldin retomou suas considerações acerca do *Great Reset* em função do contexto pandêmico em novembro de 2020. Segundo o autor, a COVID-19 teria potencial de antecipar o albor do movimento de reinício. Porém, à luz da proposição liderada pelo Fórum Econômico Mundial, Mauldin se sentiu impelido a estabelecer distintas balizas entre ambas as formulações. Conforme o autor, ideia de *Great Reset* tal qual enunciada pelo Fórum

> não tem nada a ver com o meu conceito de Great Reset. De fato, eu acho que muito do que eles propõem tornará a versão que eu vejo ainda pior (...) renovar todos os aspectos de nossa sociedade e de nossa economia soa ameaçador. Especialmente vindo das pessoas que, nominalmente, controlam a economia global. Além do mais, o que eles realmente propõem é que nós mudemos nossas vidas enquanto o Homem de Davos continua imperturbável, talvez pagando um pouco mais de impostos, mas com as consequências das mudanças afetando sobretudo aqueles mais abaixo na cadeia alimentar (...) Quando você começa a falar em reiniciar os contratos educacionais e os sociais assim como as condições de trabalho, você está falando de uma agenda social radical (...) Muitas pessoas em ambos os lados sentem que o corrente 'contrato social' (seja lá o que isso signifique) não está funcionando. Desigualdades de renda e de riqueza é algo muito real. Eu não estou convencido que um Great Reset ao estilo do Fórum Econômico Mundial é a resposta. Afortunadamente, eu não acredito que o Fórum Econômico Mundial irá muito longe. Mais provavelmente, esse é outro exemplo de elites ricas e poderosas salvando suas consciências com falsos esforços para ajudar as massas e, no processo, tornarem a si mesmas mais ricas e mais poderosas. O real problema pode ser mais simples: nós temos muitas elites. A história mostra que isso raramente termina bem (Mauldin, Nov., 2020).

Em atenção ao anterior, Mauldin, de forma bastante direta e clara, assim definiu seu entendimento concernente à matéria:

> Great Reset é simplesmente meu termo para eventos que resolvam nossa sobrecarga da dívida global ao mesmo tempo que lidam com o crescimento econômico lento, alto desemprego e agitações sociais. Isso pode acontecer de diferentes formas, algumas melhores do que outras. Mas eu acredito firmemente que nós veremos algum tipo de resolução. O presente curso é insustentável (Mauldin, Nov., 2020).

O debate inerente à crescente escalada da dívida global não mais está limitado aos muros da academia ou ao círculo restrito do mercado financeiro. Em junho de 2024, o Papa Francisco liderou uma reunião celebrada no Vaticano não para tratar de questões de ordem religiosa per se, mas, sim, com o fito de discutir a iminente crise global da dívida soberana dos países. Segundo um recente artigo publicado no New York Times,[9] discursando para uma plateia repleta de banqueiros, economistas e ministros de economia e finanças de várias nações, o Papa instou os governos mais ricos do mundo a atuarem no sentido de dar bom fim à impagável dívida dos mais pobres. Conforme recente relatório

[8] No que concerne ao quadro fiscal estadunidense, o autor delineou o estado de coisas da seguinte forma: "essa é a realidade: a menos que se queira cortar seguro social e gastos com saúde, ignorar pensões militares, vender parques nacionais, abolir departamentos como o de Estado e o do Tesouro, cortar pela metade o orçamento para defesa, segurança interna, educação, trabalho, justiça, FBI etc. nós teremos de viver com déficits de $2 trilhões de dólares durante bons anos. Não há melhores escolhas". (Mauldin, Setp. 2020).

[9] https://encurtador.com.br/Z7Y86 <acesso, 24 de junho de 2024>.

das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento,[10] quinze países gastam uma porcentagem de seus orçamentos anuais maior com o serviço de suas dívidas do que com educação, sendo que quarenta e cinco o fazem no que diz respeito à saúde. Para se ter uma ideia, apenas as nações ditas emergentes possuem uma dívida da ordem de impressionantes $29 trilhões de dólares!

Malgrado o problema com dívidas impagáveis não seja algo novo (esse cenário se desenvolve pelos menos desde 2000), o quadro se agravou a partir das externalidades atinentes à pandemia da COVID-19. De acordo com o artigo supra referido, a datar de 2020 o lucro das empresas e o salário dos trabalhadores têm regredido pari passu o aumento dos custos de saúde. Em adição, eventos como a guerra da Rússia contra a Ucrânia (com impactos diretos nos preços das comodities agrícolas), o aumento das taxas de juros para combater a aceleração inflacionária dentre outros atuam diretamente na direção de agravar essa conjuntura, concorrendo para a desaceleração da economia global e, ato contínuo, aviltando mais a condição de vida dos mais pobres. Deixa de causar espécie, pois, que o Papa tenha não apenas demandado o perdão da dívida, como também uma transformação no sistema financeiro (nas suas palavras: "vamos pensar em uma nova arquitetura financeira internacional que seja ousada e criativa").[11] Na verdade, os apelos do Sumo Pontífice já foram endereçados pela proposição do *Great Reset* consoante o Fórum Econômico Mundial.

Antes de passar em escrutínio as ideias defendidas por Davos, vale, sumariamente, registrar um aspecto levantado por Meyer e Schwarze na resenha que publicaram sobre o livro de Klaus Schwab e de Thierry Malleret. Conforme os autores, "a pandemia da COVID-19 mudou o sistema socioeconômico do capitalismo moderno em um nível comparável ao da 2ª Guerra Mundial, podendo ser esperado remodelar o sistema tão extensivamente quanto" (Meyer; Schwarze, 2021). Faz-se oportuna a comparação entre a suposta remodelação pela qual o sistema poderá passar e aquela pela qual ele passou proveniente do pós-guerra na medida em que os esforços econômicos e sociais envolvidos no enfrentamento da pandemia foram recorrentemente comparados àqueles envidados nos períodos de guerra.[12]

Afora o esforço fiscal levado a cabo pelos Estados, várias empresas direcionaram parte de seus parques fabris para a produção de EPI's, de álcool em gel, de equipamentos hospitalares etc., implementou-se hospitais de campanha em localidades nas quais havia demanda por leitos, suspendeu-se cobranças de serviços básicos para as famílias de baixa renda dentre outras medidas típicas de um quando belicoso. Assim como nos períodos de pós-guerra, os autores vaticinaram que "não há volta para o caminho que estávamos antes; nós precisamos de um 'grande reinício', mas a questão é de qual tipo".[13]

Em 03 junho de 2020, no escalar da pandemia da COVID-19, o presidente do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab publicou um pequeno artigo intitulado *Now is the time for a 'Great Reset'*,[14] instando os líderes mundiais a envidarem esforços voltados para uma ampla e irrestrita reestruturação no contrato social globalmente vigente – ignorando, no mais das vezes, os matizes inerentes à cada região e à cada país. Esse artículo serviu de introdução superficial para posterior trabalho de

[10] https://unctad.org/publication/world-of-debt <acesso, 24 de junho de 2024>.

[11] https://encurtador.com.br/Z7Y86 <acesso, 24 de junho de 2024>.

[12] No caso do Brasil, um sem-número de vezes o então ministro da economia, Paulo Guedes, empregou o termo "economia de guerra" se referindo às políticas econômicas adotas pelo governo no decurso da pandemia.

[13] https://encurtador.com.br/Z7Y86 <acesso, 24 de junho de 2024>.

[14] https://encurtador.com.br/gw8qc <acesso, 22 de agosto de 2020>.

maior fôlego redigido pelo autor em parceria com Thierry Malleret sob o título COVID-19: *The Great Reset* (Schwab; Malleret, 2020).

Naquele texto, Schwab salientou que "a iniciativa do *Great Reset* oferece um conjunto de dimensões para construir um novo contrato social que honre a dignidade de cada ser humano (...) agindo rápida e conjuntamente para reformar todos os aspectos de nossa sociedade, de nossa economia e de nossa educação". Em termos geográficos, a amplitude propositiva deveria se dar em escala global: "cada país, dos Estados Unidos à China, deve participar, e cada setor industrial, da indústria de óleo e gás até à tecnológica, deve ser transformado". Nas palavras do autor, tratar-se-ia de um "'*Great Reset*' do capitalismo" – novamente, escapou-lhe, propositadamente ou não, o sistema capitalista não é o único paradigma econômico atualmente operante em todas as partes do mundo (Schwab, 2020).

Por óbvio, semelhante transformação encerra um esforço se não utópico, no mínimo hercúleo. Ignorando o fato segundo o qual todas as grandes alterações na lógica de funcionamento das sociedades ocidentais foram precedidas por conjunturas bélicas que, ao final e ao cabo, reorientaram as estruturas de poder vigentes culminando com a alteração da potência hegemônica de então (Arrighi; Silver, 1999), a questão que se impõe, e que demanda escrutínio, recai na busca pelo entendimento de o porquê, especificamente no contexto da pandemia da COVID-19, ter havido ocasião para que uma instituição de prestígio internacional (na qual, normalmente uma vez ao ano, congrega lideranças de estados, ministros de economia e de finanças, intelectuais de várias áreas, CEO's das principais empresas do globo etc. para discutir temas de destacada relevância tais como mudança climáticas, inteligência artificial, comércio mundial, crescimento, desigualdade dentre outros) proporia não apenas um reinício do sistema capitalista, mas também um novo contrato social. A meu ver, a resposta experimenta fundamento precisamente nas demandas por parte da sociedade civil decorrentes da necessária readequação de seu dia a dia oriundas das externalidades impostas pela conjuntura pandêmica.

Não escapou à percepção de Schwab a possibilidade de que as consequências inerentes à pandemia poderiam, *per se*, legar profundas alterações na ordem então vigente. Conforme o autor, dentre as inúmeras razões para um *Great Reset*, a mais premente repousaria na COVID-19 na medida em que ela incorreria em "sérias consequências de longo prazo para o crescimento econômico, para o déficit público, para o emprego e para o bem-estar humano (...) exacerbando as crises climáticas e sociais em curso". *Verbi gratia*, o autor sublinha o fato segundo o qual vários países, no fito de darem bom encaminhamento ao agravamento humano decorrente desse contexto, estariam se valendo da pandemia "como desculpa para relaxarem políticas e proteções ambientais" – não por nada o autor sustenta que "nós precisamos construir fundações totalmente novas para nossos sistemas econômicos e sociais".

Para tanto, esses seriam os três pontos basilares da agenda proposta pelo Fórum: a) "guiar o mercado em direção a resultados mais justos" – em detalhe, os governos seriam instados a dar bom termo às questões tributárias, regulatórias e fiscais, aprimorando acordos comerciais e fomentando condições ótimas para a implementação da "'economia dos *stakeholders*'". No que concerne aos regimes tributários, os governos não poderiam prescindir de perseguir políticas equitativas que resultassem maior incidência de imposto sobre os mais ricos, subtrair subsídios de setores como petróleo, gás, mineração etc., dentre outras medidas; b) garantir que os investimentos promovessem objetivos socialmente compartilhados afeitos à igualdade e à sustentabilidade; c) mais o importante, "aproveitar as inovações da quarta revolução industrial para apoiar o bem público, especialmente desafios nas

áreas sociais e de saúde". O artigo finda com a seguinte consideração: "a pandemia representa uma rara e estreita janela de oportunidade para refletir, reimaginar e resetar nosso mundo com vistas a criar um futuro mais saudável, mais igualitário e mais próspero" (Schwab, 2020).

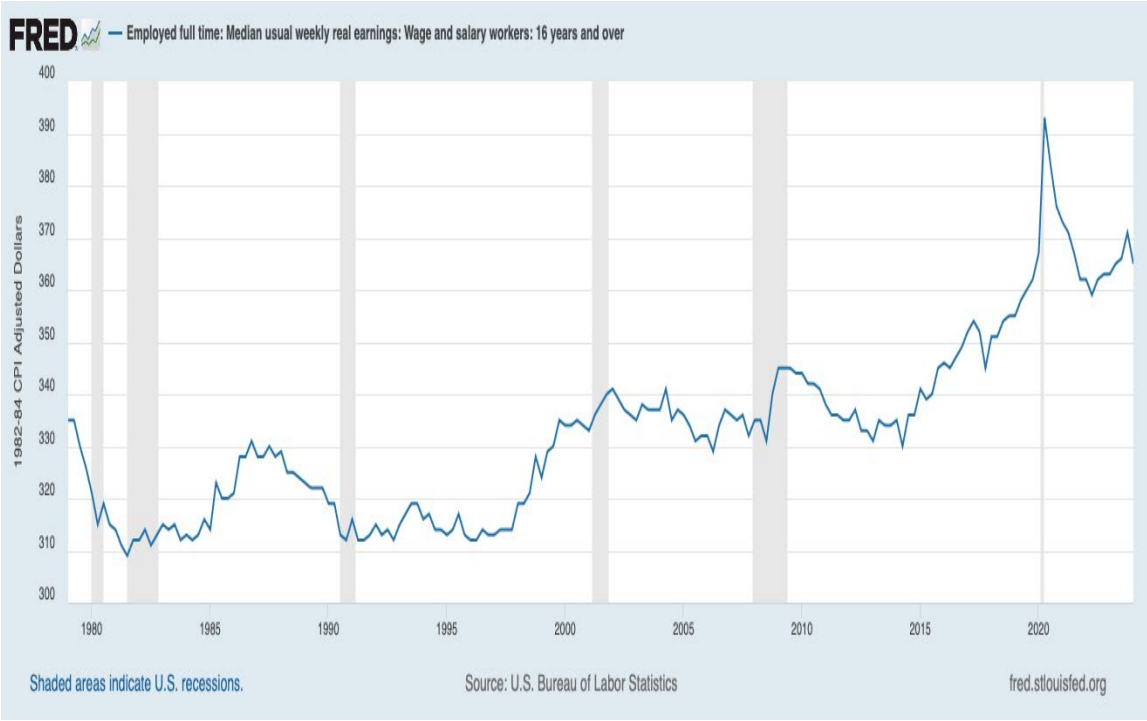
Conferindo verticalidade aos sumários apontamentos expressados no texto ora esquadrinhado, Klaus Schwab se juntou a Thierry Malleret na publicação da obra já citada *COVID-19: The Great Reset*. Sustentando a opinião segundo a qual conjunturas pandêmicas têm sido, no decurso da história, grandes momentos de reinicialização dos contratos sociais coevos, os autores expressam apontamentos colidentes com a literatura econômica mormente empregada como norma mandatória das condutas governamentais no durante e no pós-pandemias.

A título de exemplo, consubstanciada por dados empíricos, essa bibliografia afirma que, passado o pior momento de crise, o salário real dos trabalhadores tende a apresentar uma curva ascendente. Segundo os autores, em função do impacto caudatário da quarta revolução industrial (automação), dificilmente esse ganho na renda seria observado, sendo mais provável haver uma considerável diminuição na renda real. Nesse sentido, tornar-se imperativa a atuação dos governos na firme perseguição da majoração salarial, "fazendo o que for necessário e gastando o que for preciso para garantir nossa saúde e nossa riqueza coletiva de modo a viabilizar a recuperação econômica de forma sustentável" (Schwab; Malleret, 2020, p. 30-32).

Avançando, "a recessão induzida pela pandemia dará vez a um nítido aumento na transição de mão-de-obra, significando que o trabalho físico será substituído por robôs e máquinas 'inteligentes', provocando mudanças douradoras e estruturais no mercado de trabalho". Semelhante diagnóstico haveria de implicar em forte desemprego nos primeiros anos pós-pandemia. Em que pese não ser o escopo do corrente texto passar em revista as proposições de Davos, urge tecer primários apontamentos acerca dessa questão.

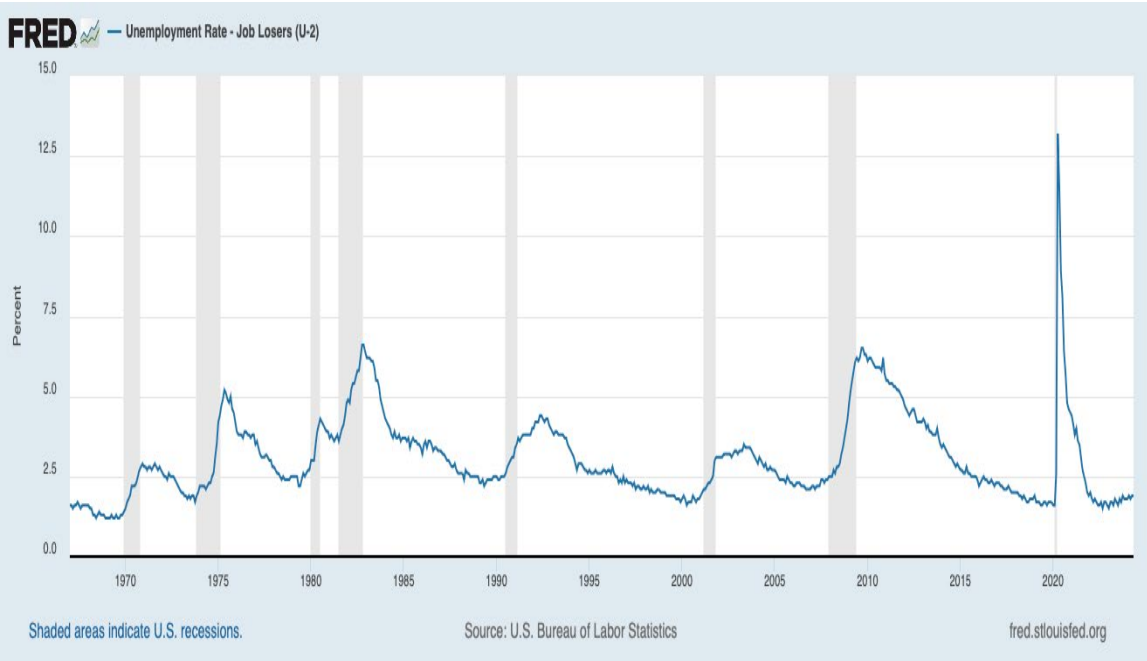
Tomando por amostragem o quadro dos EUA, talvez o cenário não seja tão desalentador. Conforme é possível ler na figura a seguir, o ganho real (descontada a inflação) semanal dos trabalhadores empregados em tempo integral está situado no topo histórico da série temporal – naturalmente, estou a desconsiderar o contexto pandêmico no qual o ganho real foi artificialmente inflado pela artificial política assistencialista do governo. Igual observação pode ser estendida para a taxa de desemprego, cuja curva não apresenta sinais de anormalidade face à média histórica. De fato, o atual nível de desempregos é o menor observado nos ciclos que se seguem às crises (em ambas as figuras, os momentos de crise são representados pelas barras cinzas na vertical; em tempo, a largura dessas barras informa a duração de cada crise).

Figura 1 – Rendimento semanal real (EUA, 1979-2024)



Fonte: https://www.stlouisfed.org

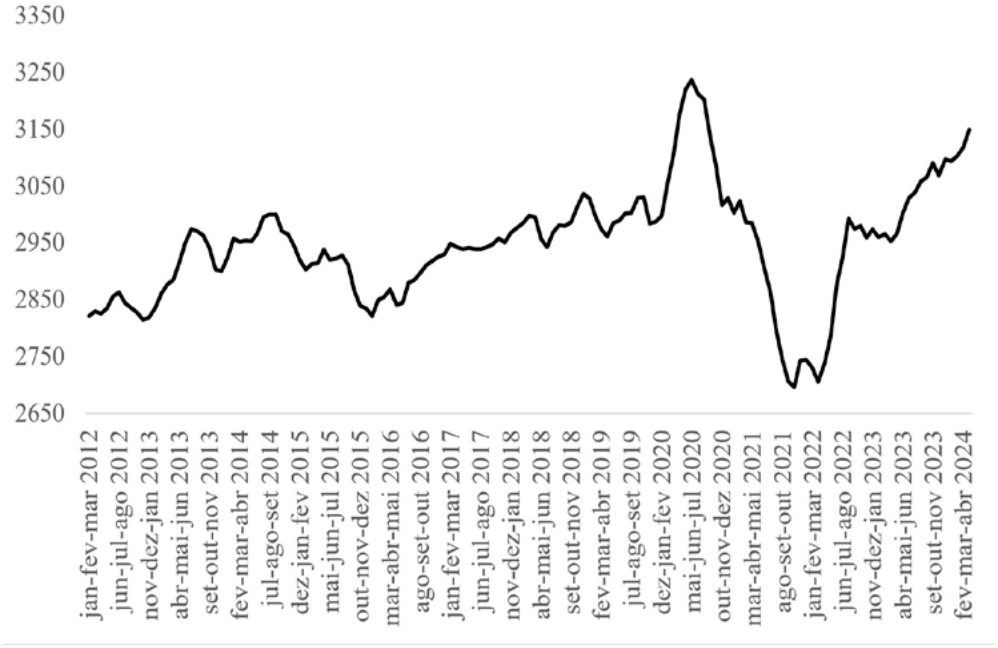
Figura 2 – Taxa de desemprego (EUA, 1967-2024)



Fonte: https://www.stlouisfed.org

Em termos de Brasil, os dados guardam algo de semelhança com aqueles aferidos para os EUA.

Gráfico 6 – Rendimento médio real (Brasil, 2013-2024)



Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal; Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (elaboração do autor).

No que tange ao rendimento real, não obstante os dados apresentados no gráfico 4 anteriormente explorado, vale expor os números corrigidos pela inflação no sentido de apresentar uma série temporal válida em termos comparativos com a série presente na figura 1. O que se observa é, excetuando o vale percebido entre o início de 2021 e meados de 2022, a renda média real dos trabalhadores no Brasil apresenta um comportamento notavelmente semelhante àquele observado na curva norte-americana, ou seja, afora o auge do período pandêmico – conjuntura na qual os governos obraram de forma determinante no aumento artificial da renda por intermédio de instrumentos anticíclicos –, a renda está situada no topo histórico da série disponibilizada pelo IBGE, tal qual observado na figura 1. Passado o período de desarranjo oriundo da pandemia, houve uma forte recuperação do ganho real desde meados de 2022 atingindo o topo histórico no albor de 2023, quando os dados tendem a regressar à média histórica de ganho real, ou seja, não se cumpriu o cenário previsto por Davos. A curva de desemprego apresentada no gráfico 4 é ainda mais contundente em termos de recuperação, e melhora, dos níveis pré-pandemia. No geral, o mercado de trabalho brasileiro vem experimentando um contínuo aquecimento desde seu topo registrado entre finais de 2020 e meados do ano seguinte.

As considerações que sobre o assunto têm lugar não convergem para criticar ou refutar a iniciativa davoniana do *Great Reset*. O ponto para o qual a atenção deve ser direcionada consiste em fazer notar que foi exatamente o portento esforço fiscal consumado pelos Estados o fator garantidor da não incorrência, pela sociedade, no quadro desenhado por Schwab e Malleret. Noutro giro, os autores não se furtaram em instar os Estados a realizarem precisamente o esforço fiscal que eles já

estavam realizando,[15] donde se faz necessário o questionamento acerca da força motriz impulsionadora desse empenho fiscal.

Em boa medida, a sociedade civil foi a única força capaz de mover os Estados em direção aos esforços de contenção tais quais observados ao longo da pandemia. A bem da verdade, tanto no Estado Democrático de Direito, como nos regimes autoritários, nenhum governante é, por natureza, enamorado com a pressão da sociedade civil. No primeiro caso, via de regra a insatisfação social leva a uma rotação de poder, com o presidente (partido/coalização) da vez falhando no processo sucessório quer em favor da oposição, quer em favor de um outsider (Levitsky; Ziblatt, 2018). No segundo, há sempre o risco de uma insatisfação social evoluir para movimentos de revolta popular, ameaçando frontalmente o regime vigente (Brancoli, 2013).

Retomando a análise das ideias desenvolvidas por Schwab e Melleret, assentados nas distintas evidências do esforço anticíclico já referido, os autores listaram como uma das características do reinício social "um período de massiva redistribuição de riqueza dos mais ricos para os mais pobres, assim como do capital para o trabalho", de modo que a pandemia "ecoará a sentença de morte do neoliberalismo", reorganizando a sociedade e redefinindo o contra social. Conforme os autores, outro legado da COVID-19 repousa na exposição das "chocantes disparidades no grau de risco que as diferentes classes sociais estão expostas" na medida em que socialmente atribui-se menor valor às ocupações absolutamente fundamentais para o bom funcionamento social (tais como: enfermagem, limpeza, operários etc.), vaticinando que "um dos riscos mais sérios da era pós-pandemia é a agitação social", dando vez a ameaças reais de "desintegração social e colapso político", com que então a incumbência dos Governos será, inevitavelmente, entronizada – na verdade, os Governos passariam a exercer uma papel vital no cotidiano das pessoas (Schwab; Malleret, 2020, p. 60-64).

À luz do benefício temporal, talvez não seja desarrazoado afirmar que, a rigor, as sociedades não experimentaram, ao menos até o presente momento, uma redefinição de seus contratos sociais. O Estado continua a ser o elemento indutor do crescimento na maior parte dos países emergentes, assim como não cessou de atuar como instância máxima de regulação da atividade econômica em países desenvolvidos – nada de novo sob o sol. O ponto em tela se concentra na compreensão acerca dos porquês de semelhantes previsões por parte dos autores. De fato, e conforme anteriormente avançado, no albor do quadro pandêmico os Estados endereçaram vários dos apontamentos arrolados por Davos evitando, ou ao menos minimizando, o cenário apocalíptico desenhado por Schwab e Malleret. Aqui, sustento ter sido a pressão da sociedade civil por uma resposta tempestiva por parte dos Estados no enfrentamento das externalidades desaguadas pela COVID-19 a razão de os Estados, e da iniciativa privada, terem incorrido naquilo denominando "esforço de guerra" no sentido de evitar e/ou reduzir os danos sociais, econômicos e salutares passíveis de assolarem os indivíduos nas mais variadas partes do globo.

Outo aspecto abordado pelos autores em sua obra trata de pôr em revista a roupagem da geopolítica atual. Consoante seu entendimento, quatro seriam os temas de destaque na era pós-pandemia, a saber: erosão da globalização; ausência de governança global; acirramento das tensões entre EUA e China; os rumos que serão tomados pelos países mais pobres. A rigor, sustentam serem esses os pontos componentes daquilo por eles denominado de "trilema da globalização", ou seja, a impossibilidade de

[15] De passagem, o livro veio a público em julho de 2020, quando os esforços de auxílio financeiro pelos países já estavam em curso havia meses.

coexistir harmonicamente a globalização econômica, a democracia e o estado nação. Assim posta a questão, somente duas dessas características poderiam coexistir simultaneamente.

Conferindo mais granularidade ao pensamento, democracia e estado nação não seriam compatíveis com globalização econômica. Noutro giro verbal, estado nação e globalização econômica inibiriam a democracia. Por fim, a primazia da democracia e da globalização econômica não comportaria as bases de sustentação do estado nação (Schwab; Malleret, 2020, p. 80-84).

Em boa verdade, os questionamentos acerca da validade da globalização econômica, do Estado Democrático de Direito e do estado nação não repousam sobre os ombros da pandemia. Desde pelo menos a deflagração da Crise Financeira Global de 2008, com o subsequente desdobramento da Primavera Árabe, o mundo não cessa de tomar ações que, direta ou indiretamente, concorrem para minar esses três pontos, conquanto nenhuma orientação no sentido de repactuar o atual contrato social ganhou relevo. A meu ver, ainda que a crise de 2008 tenha sido um evento de extremo impacto nas ordens econômica e financeira ocidentais, nem de longe se equiparou ao experimentado pela recente pandemia. Dito de outro modo, não ensejou momento para que a sociedade civil demandasse uma ação contundente por parte quer dos Estados, quer da iniciativa privada – para se ter uma ideia, em 2020 a iniciativa privada doou mais de 5 bilhões de reais para o combate à pandemia, sendo que apenas o Itaú Unibanco respondeu por 1 bilhão de reais.[16]

Adentrando especificamente à esfera corporativa, os autores retomam os valores entronizados pelo relatório do Pacto Global da ONU de 2000 que passaram a ser conhecidos pelo acrônimo ESG – *Environmenal, Social and Governance*. Prevendo que os interesses dos *shareholders* seriam preteridos em favor dos *stakeholders* (Schwab; Malleret, 2020, p. 72) – pauta largamente difundida não apenas pelo relatório do Pacto Global, mas também pela literatura mais recente que trata de finanças corporativas, práticas de governança etc. –, Schwab e Malleret asseguram que o reinício a nível micro – das empresas privadas – "exigirá uma série longa e complexa de mudanças e adaptações" não apenas na estrutura governativa das corporações, mas também na mentalidade de seus executivos que, em um primeiro momento, tentariam retomar o *modus operandi* pré-pandemia – o que para os autores não seria possível tendo em consideração que as mudanças engendradas pelo COVID-19 seriam irreversíveis.

De passagem, poucas foram as grandes empresas que assumiram como estratégia central de condução de seus negócios a retomada do modelo vigente até março de 2020. Por oportuno, basta acessar os *releases* de resultados trimensais das empresas de capital aberto na bolsa de valores monetários brasileira, assim como as teleconferências e seus relatórios anuais de sustentabilidade para se constatar a aderência à premissa ESG em suas culturas políticas. De fato, a premissa do *Great Reset* em nada impactou a adoção e a efetiva instrumentalização dos valores inerentes à temática ESG pelas companhias. Nem mesmo o relatório do Pacto Global reuniu condições de convencimento no mundo coorporativo pré-2020.

Foi somente com o advento da pandemia da COVID-19 que esse discurso passou a exercer efeito vinculante de ação nas empresas à luz da pressão então imprimida pela sociedade civil. Retomando o pensamento de Schwab e de Malleret no que toca ao universo corporativo, os autores classificaram a pandemia como "uma oportunidade única" para as empresas "repensarem suas organizações e promoverem mudanças positivas, sustentáveis e duradouras" (Schwab; Malleret, 2020, p. 31). Nisso, creio que eles estavam corretos. Só lhes escapou que não foi a pandemia a força coercitiva que incidiu

[16] https://covid.monitordasdoacoes.org.br/pt

sobre as empresas, mas sim a sociedade civil, até porque, o ônus da pandemia recaiu sobremaneira sobre os indivíduos comuns, e não sobre a elite socioeconômica.

A temática ESG foi abertamente endereça pelos autores apenas ao fim de sua obra, quando fazem constar que a pandemia recrudescerá essa agenda. Conforme seu entendimento, qualquer empresa que não venha a despender a devida atenção a essa pauta poderá não apenas destruir valor para seus acionistas, como até mesmo comprometer a viabilidade de seu negócio, de modo que os valores inerentes à premissa ESG se integrarão à estratégia central das companhias, assim como à sua estrutura de governança corporativa (Schwab; Malleret, 2020, p. 140-142).

CONCLUSÃO

Por limite, entendo que a propositura do *Great Reset* nos moldes de Davos guardou traços muito mais oportunísticos do que propositivos em termos de configurar uma real e factível agenda transformadora. Senão por nada, várias de suas preconizações já estavam em efetivo curso muito antes de Schwab e Melleret darem publicização às suas ideias. E assim o foi não em função da maior ou da menor tempestividade responsiva da classe política. Hodiernamente, a capacidade organizacional da sociedade civil alcançou níveis realmente impressionantes. Em um mundo cada vez mais interconectado, a velocidade da transferência informacional é medida em termos de segundos, e o tempo reativo dos governos e das empresas não comporta, sob o prisma dessa sociedade, margem para letargia.

Não por nada, em 20 de março de 2020 (apenas nove dias após o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde ter decretado quadro pandêmico), o então senador Antônio Anastasia – Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência – promulgou o Decreto Legislativo n.º 6, de 2020, por intermédio do qual reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.[17] Em termos da iniciativa privada, não obstante a maior parte das doações tenham sido lançadas a partir de abril de 2020, houve ações datadas de fevereiro de 2020.[18]

Nesse sentido, a conclusão que se impõe e que interessa aferir repousa na constatação segundo a qual na hipótese de um reinício global do vigente contrato social, ele dificilmente se dará a partir de uma perspectiva cimeira, mas antes responderá ao recrudescimento da pressão advinda da sociedade civil. Semelhante recrudescimento responde tanto às condições materiais e imateriais de vivência, como à real exequibilidade de a sociedade fazer valer suas demandas. O contexto que teve vez em março de 2020 incidiu rigorosamente em ambas as esferas. Ato contínuo, várias das premissas inauguradas pelo Pacto Global então tomaram de assalto a cultura política das empresas, assim como o homem de Davos pode esquadrinhar e enunciar como suas as iniciativas já em curso por governos nas mais variadas partes do globo.

REFERÂNCIAS

Abandono no ensino médio brasileiro entre 2019 e 2021. INESC, 2023. Acesso em: 14 de março de 2024.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Chaos and governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

[17] https://encurtador.com.br/qGl1K

[18] https://covid.monitordasdoacoes.org.br/pt

BRANCOLI, Fernando. *Primavera árabe:* praças, ruas e revoltas. São Paulo: Desatino, 2013.

FLORIDA, Richard. *The Great Reset.* New York: Harper Collins e-books, 2010.

HODGINS, Mark. *The Great Reset.* Indiana: Authorhouse, 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAULDIN, John. *The Great Reset:* how should we then invest? May 22, 2017. https://www.mauldineconomics.com/frontlinethoughts/the-great-reset-how-should-we-then-invest Acesso em: 23 de novembro de 2021.

MAULDIN, John. *The Great Reset:* part two. May 27, 2017. https://www.mauldineconomics.com/frontlinethoughts/the-great-reset-part-two Acesso em: 23 de novembro de 2021.

MAULDIN, John. *Great Reset update:* $50 trillion debt coming. September 25, 2020. https://www.mauldineconomics.com/frontlinethoughts/great-reset-update-50-trillion-debt-coming Acesso em: 23 de novembro de 2021.

MAULDIN, John. *The Great Reset vs. The Great Reset*. November 20, 2020. https://www.mauldineconomics.com/frontlinethoughts/the-great-reset-vs.-the-great-reset Acesso em: 23 de novembro de 2021.

MEYER, Peter, SCHWARZE, Reimund. COVID-19: The Great Reset – A Review: Review of Klaus Schwab and Thierry Malleret, Covid-19: The Great Reset (Forum Publishing, 2020), 280 pages, Int J Community Wellbeing. 2021;4(3):455–8. doi: 10.1007/s42413-021-00117-7. Epub 2021 May 10. PMCID: PMC8108730.

SCHWAB, Klaus. *Now is the time for a "great reset".* World Economic Forum, 2020. www.weforum.org/agenda/2020/06/now-is-the-time-for-a-great-reset/ Acesso em: 12/07/2020.

SCHWAB, Klaus; MALLERET, Thierry. *Covid-19:* The Great Reseat. Cologny: Forum Plubishing, 2020.

THOMPSON, Eric. The Great Reset. *Business in Nebrasca,* vol. 64, nº. 695, p. 1-8, 2009.

What's next? Lessons on education recovery: findings from a survey of Ministries of Education amid of COVID-19 Pandemic. UNESCO, UNICEF, The World Bank and OECD, June. 2021. Acesso em: 23 de novembro de 2021.